

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES DA PONTUAL LEASING S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL.

Pelo presente instrumento particular, como **EMISSORA, PONTUAL LEASING S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL**, CGC(MF) nº 68.271.295/0001-74, Sociedade Arrendadora com sede na Cidade de Barueri, Estado de S^o Paulo, à Alameda Caiapós, nº 298, Centro Empresarial Tamboré, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de S^o Paulo sob NIRC. nº 35.3.0013420.6 em 13 de julho de 1992, neste ato representada por seus Diretores, Sr. Pedro Penteado de Faria e Silva, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade com RG. nº 3.924.040-SSP/SP e inscrito no CPF(MF) sob nº 805.160.098-34, e Sr. Cesar Roberto Tardivo, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade com RG. nº 7.798.013/SSP-SP e inscrito no CPF(MF) sob o nº 001.383.288-38, residentes e domiciliados na Capital do Estado de São Paulo, onde mantém escritório a Rua Haddock Lobo, nº 684, e, como **AGENTE FIDUCIÁRIO**, nomeado pela Diretoria da **EMISSORA**, e Interviente nesta Escritura, representando a comunhão de debenturistas adquirentes das debêntures objeto da presente, **DIDIER CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, CGC(MF) nº 52.937.216/0002-62, Sociedade Corretora com sede na Capital do Estado de São Paulo, à Praça Alfredo Issa, nº 48 - 15º andar, neste ato representada na forma de seu Contrato Social, celebram a presente **ESCRITURA DE EMISSÃO** mediante as seguintes cláusulas, condições e características:

I - DA AUTORIZAÇÃO

A presente Escritura é celebrada com base na 11ª Assembléia Geral Extraordinária da **EMISSORA**, realizada no dia 24 (vinte e quatro) de outubro de 1994.

II - REQUISITOS

A Emissão de debêntures será feita com a observância dos seguintes requisitos:

1. REGISTRO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM

A Emissão será registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, na forma da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e das demais disposições regulamentares pertinentes.

2. ARQUIVAMENTO DA ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA EMISSORA

A Ata da Assembléia Geral Extraordinária da EMISSORA, em que deliberada a Emissão das debêntures, será registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP.

3. REGISTRO DESTA ESCRITURA DE EMISSÃO

A presente Escritura será registrada perante o anexo Registro de Imóveis do 1º Cartório de Notas e Anexos de Barueri, Cidade de Barueri, Estado de São Paulo.

III - DA EMISSÃO

A Emissão observará as seguintes condições e características:

1. DA COLOCAÇÃO E PROCEDIMENTO

O lançamento será público, mediante intermediação de instituições financeiras, adotando-se o procedimento diferenciado de distribuição referido no artigo 33 da Instrução CVM nº 13/80.

2. SÉRIES

A Emissão será dividida em 03 (três) séries, cujas características serão definidas em Assembléia Geral da **EMISSORA** por ocasião das respectivas emissões, limitada a soma das debêntures das séries emitidas ao total de debêntures da Emissão.

3. FORMA E MODALIDADE

As debêntures de todas as séries serão da forma nominativa escritural e da modalidade não conversível em ações.

4. ESPÉCIE

As debêntures de todas as séries serão da espécie subordinada, preferindo apenas aos acionistas em caso de liquidação da **EMISSORA**.

5. VALOR TOTAL DA EMISSÃO

O valor total da Emissão será de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), na data de emissão, representado por 20.000 (vinte mil) debêntures de valor nominal unitário de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), referenciado na mesma data.

6. DATA DA EMISSÃO

Para todos os efeitos legais, a data de Emissão das debêntures de todas as séries é 1º (primeiro) de novembro de 1994.

7. CRITÉRIO DE ATUALIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL

O valor nominal das debêntures de todas as séries será corrigido monetariamente, a partir da data de Emissão, pela variação acumulada da Taxa Referencial, doravante simplesmente denominada TR, calculada pelo Banco Central do Brasil, e o produto da correção agregar-se-á ao valor nominal para fins de cálculo do valor pecuniário de qualquer obrigação prevista nesta Escritura ou pela Assembléia Geral que deliberar sobre cada série.

a) A apuração do montante dos eventos que se devam liquidar em datas intermediárias, ou seja, que não ocorram no 1º (primeiro) dia de cada mês, será efetuada mediante a aplicação da variação *pro rata temporis* da TR do mês anterior.

b) Na hipótese de extinção da TR, ou pela superveniência de normas legais ou regulamentares este não puder ser utilizado como índice de reajuste nas emissões de debêntures, ou, ainda, caso se alterem os critérios de sua aplicabilidade nas aludidas emissões, as debêntures desta emissão tornar-se-ão automaticamente indexadas, a partir daquele evento, à variação de um dos índices abaixo, nesta ordem de preferência:

b.1) Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro (IBRE/FGV);

b.2) Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);

b.3) outro índice que venha a ser fixado pelas Autoridades Monetárias.

8. NEGOCIAÇÃO

A Emissão será registrada para negociação no mercado secundário através do Sistema Nacional de Debêntures - SND, administrado pela Associação Nacional das

Instituições de Mercado Aberto - ANDIMA e operacionalizada pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP, conforme a Instrução Normativa SRF nº 56/88.

9. JUROS MORATÓRIOS

Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros, prêmio e correção monetária na forma estabelecida pela Assembléia que deliberar a Emissão, bem como a juros de mora de 1% (hum por cento) ao mês, calculados desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

10. DECADÊNCIA DOS DIREITOS AOS ACRÉSCIMOS

As importâncias devidas pela **EMISSORA** por força desta Emissão e colocadas, nos vencimentos, à disposição debenturistas, não sofrerão atualização de seu valor, nem renderão juros remuneratórios ou moratórios, nem prêmios.

11. RESGATE ANTECIPADO OU FACULTATIVO

A **EMISSORA** reserva-se o direito de, a qualquer tempo, observado o prazo mínimo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias a contar da data de emissão, por deliberação da Assembléia Geral, promover o resgate antecipado das debêntures em circulação de quaisquer séries, mediante o pagamento do respectivo valor nominal, atualizado monetariamente, dos juros e do prêmio devidos na data do resgate, devendo publicar aviso prévio com antecedência mínima de 15 (quinze) dias. O resgate poderá ser total ou parcial, nesta última hipótese mediante sorteio.

12. AQUISIÇÃO FACULTATIVA

A **EMISSORA** poderá, a qualquer tempo, adquirir debêntures em circulação, de quaisquer séries por preço não superior ao seu valor nominal atualizado monetariamente, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei nº 6.404/76.

13. LOCAL DE PAGAMENTO

Os pagamentos referentes às amortizações e rendimentos, a que fazem jus as debêntures de todas as séries, serão efetuados pela **EMISSORA**, em sua sede, ou, ainda, em estabelecimentos de instituições financeiras contratadas para tal fim.

14. PRORROGAÇÃO DE PRAZOS

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação, até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário.

15. PUBLICIDADE

Todos os atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos debenturistas, deverão ser veiculados, na forma de avisos, no jornal "**O DIA**", com circulação na cidade de São Paulo.

16. VENCIMENTO ANTECIPADO

O **AGENTE FIDUCIÁRIO** poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta Emissão e exigir o imediato pagamento, pela **EMISSORA**, do valor nominal corrigido monetariamente, acrescido de juros e do prêmio, calculados exponencialmente por dias decorridos, deduzidas as amortizações já ocorridas, mediante carta protocolada com 10 (dez) dias de antecedência, na ocorrência dos seguintes eventos:

a) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a **EMISSORA**;

b) intervenção ou liquidação extrajudicial da **EMISSORA**;

c) falta de cumprimento, pela **EMISSORA**, de toda e qualquer obrigação relevante prevista nesta Emissão, não sanada em 30 (trinta) dias, contados do recebimento de aviso escrito que lhe for enviado pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**; e

d) vencimento antecipado de qualquer dívida da **EMISSORA**, em razão de inadimplemento contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da **EMISSORA** decorrentes da presente Emissão.

IV - DOS TÍTULOS DA PRIMEIRA SÉRIE

As características dos títulos da primeira série foram deliberadas pela Assembleia Geral Extraordinária referida na Cláusula I, como se segue:

1. VALOR TOTAL DA SÉRIE

O valor total desta 1ª série da Segunda Emissão será de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), na data de emissão.

2. QUANTIDADE DE TÍTULOS

Serão emitidas 6.000 (seis mil) debêntures desta série.

3. VALOR NOMINAL

O valor nominal das debêntures será de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), na data de emissão.

4. PRAZO E DATA DE VENCIMENTO

As debêntures da 1ª série terão prazo de 24 (vinte e quatro) meses, vencendo-se,

portanto, em 1º (primeiro) de novembro de 1996.

5. JUROS REMUNERATÓRIOS

Às debêntures da 1ª série serão conferidos juros fixos à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, incidentes a partir da data da Emissão, pagáveis no vencimento das debêntures.

6. PRÊMIO

A EMISSORA pagará às debêntures da 1ª série um prêmio de 6% (seis por cento) ao ano incidente a partir da data da Emissão, a ser pago em conjunto com os juros remuneratórios previstos no Item anterior, devido no vencimento dos títulos. Fica entendido que o prêmio não incidirá sobre os juros remuneratórios.

7. PREÇO DE SUBSCRIÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO

O preço de subscrição das debêntures será o valor nominal definido no Item 5 do Cláusula III da presente, atualizado monetariamente até a data da subscrição, na forma do Item 7 do Cláusula III, acrescido dos juros e prêmio, calculados por dias decorridos, desde a data de emissão até a data de subscrição. O preço de subscrição será pago à vista, no ato da subscrição.

V - OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

A EMISSORA está adicionalmente obrigada a:

1. Fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO:

a) dentro de no máximo 60 (sessenta) dias após o término do seu primeiro semestre social, cópia de seus demonstrativos financeiros, relacionados a esse semestre social;

b) dentro de no máximo 120 (cento e vinte) dias após o término de cada exercício social, demonstrativos completos, relativos a esse exercício social;

c) imediatamente, qualquer informação que lhe venha a ser solicitada, relativa a Emissão;

d) as informações pertinentes às Instruções CVM nºs 60/87 e 73/87, com idêntica periodicidade do envio dessas informações à CVM.

2. Não pagar dividendos, exceto os obrigatórios por Lei, se estiver por mais de 15 (quinze) dias em mora, relativamente ao pagamento de principal, juros e/ou prêmio, das debêntures, objeto desta Escritura.

3. Submeter, na forma da Lei, suas contas e balanços a exame por empresa de Auditoria Independente, registrada na CVM.

4. Manter sempre atualizado o registro de Companhia Aberta na CVM, e fornecer aos seus debenturistas, pelo menos semestralmente, as Demonstrações Financeiras previstas no artigo 176 da Lei nº 6.404/76.

5. Manter em adequado funcionamento um órgão de atendimento aos debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para que prestem esse serviço, a fim de assegurar o eficiente tratamento aos portadores das debêntures.

VI - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

1. O **AGENTE FIDUCIÁRIO** dos debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara:

a) aceitar a função que ora lhe foi conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;

b) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;

c) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83.

2. Pelo exercício das funções que ora lhe são atribuídas, o **AGENTE FIDUCIÁRIO** perceberá da **EMISSIONA** a seguinte remuneração:

a) R\$ 10.000,00 (dez mil reais), anualmente, durante o prazo de validade das debêntures ou até que elas tenham sido em sua totalidade resgatadas; esta remuneração será atualizada monetariamente pela variação do IPC-R ou na sua falta, outro índice que melhor espelhe a desvalorização da moeda no período;

b) o primeiro pagamento será efetuado na data da assinatura da Escritura de Emissão, sendo os demais devidos nesta mesma data nos anos subsequentes. Nos casos de vencimento antecipado ou resgate, o valor devido no respectivo ano, será calculado *pro-rata-temporis* até a data em que o resgate ou vencimento antecipado venha a ocorrer.

b.1) as remunerações não incluem as despesas com publicações, viagens

e estadias necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, custos com a realização de Assembléias a serem cobertas pela **EMISSORA**, mediante pagamento das respectivas faturas, que serão emitidas diretamente em nome da **EMISSORA**, após prévia aprovação.

b.2) todas as despesas com procedimentos legais, inclusive administrativas, em que o **AGENTE FIDUCIÁRIO** venha a ocorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas e, posteriormente, se o caso, na forma da Lei, ressarcidas pela **EMISSORA**.

3. O **AGENTE FIDUCIÁRIO** poderá ser, a qualquer tempo, substituído de suas funções por deliberação da Assembléia de debenturistas, na forma da Lei nº 6.404/76, ou por ato da CVM.

4. Nos casos de vacância, a substituição dar-se-á, na forma da Lei, mediante indicação pela **EMISSORA** e aditamento à presente Escritura, devendo a **EMISSORA** comunicar previamente o fato a CVM.

5. Em caso de substituição do **AGENTE FIDUCIÁRIO**, a parcela de remuneração, acima fixada, lhe será devida, sendo calculada na proporção dos dias decorridos entre a data de pagamento da última parcela e a data de assinatura do termo que formalizar a substituição.

6. São deveres do **AGENTE FIDUCIÁRIO**:

a) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem probo emprega na administração dos próprios bens;

b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;

c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais

papéis relacionados com o exercício de suas funções;

d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;

e) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões constantes de tais informações;

f) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das debêntures;

g) convocar, quando necessário, a Assembléia de Debenturistas, na forma da Lei;

h) comparecer à Assembléia de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

i) elaborar relatório destinado aos debenturistas, o qual deverá conter as informações de que trata o artigo 68, parágrafo 1º, alínea "b", da Lei nº 6.404/76;

j) manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços;

l) coordenar o sorteio das debêntures a serem resgatadas ou amortizadas, inutilizando os certificados correspondentes às debêntures resgatadas;

m) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes da escritura de emissão, especialmente aquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;

n) notificar os debenturistas, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, de qualquer inadimplemento, pela **EMISSORA**, de obrigações assumidas na presente Escritura, dirigindo comunicação de igual teor à CVM e ao Banco Central do Brasil. Tal notificação, sem prejuízo dos procedimentos judiciais próprios, far-se-á por publicação em jornal de grande circulação na sede da **EMISSORA** e discriminará as providências judiciais e extrajudiciais que o **AGENTE FIDUCIÁRIO** tenha tomado para acautelar e proteger os interesses da comunhão de debenturistas; e

o) outros deveres de que trata a Instrução CVM nº28/83 e não expressamente consignados nas alíneas anteriores.

VII - DA ASSEMBLÉIA DE DEBENTURISTAS

1. Os titulares das debêntures da Emissão de que trata esta Escritura poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembléia a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão de debenturistas.
2. A Assembléia dos Debenturistas poderá ser convocada pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, pela **EMISSIONA**, pelos debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) dos títulos em circulação e pela CVM.
3. Aplica-se à Assembléia dos Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404/76 sobre a Assembléia Geral de Acionistas.
4. A Assembléia se instalará, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem metade, no mínimo, das debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.
5. A Assembléia poderá, pelo voto da maioria simples, no mínimo, dos titulares das debêntures em circulação, aprovar modificações nas condições das debêntures;
6. Será facultada a presença dos representantes legais da **EMISSIONA**, nas Assembléias dos Debenturistas.

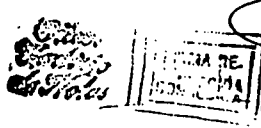
VIII - DO FORO

Fica eleito o Foro da Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura.

Estando assim certas e ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, que também assinam.

Barueri, 25 de outubro de 1994


PONTUAL LEASING S/A. ARRENDAMENTO MERCANTIL
EMISSORA

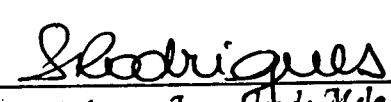

DIDIER CORRETORA DE CÂMBIO TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS LTDA.
AGENTE FIDUCIÁRIO

TESTEMUNHAS:

1)


PONLEASE-EDED-2ºE-1ºS-10/94

2)


Shirley Rodrigues Fernandes de Melo
RG: 19.572.004
14 PF: 126.097.353 12